



CÂMARA MUNICIPAL
DE UBERLÂNDIA

O LEGISLATIVO

ÓRGÃO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DE UBERLÂNDIA - MG

ANO XX N° .3918
TERÇA-FEIRA, 22
DE JULHO DE 2025 |
EDIÇÃO DE HOJE -
02 PÁGINAS

DECRETOS

DECRETO LEGISLATIVO N° 1615/2025 CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO AO SR. FÁBIO ERNESTO LIMA DE CAMPOS

A Câmara Municipal de Uberlândia APROVA, nos termos do Art. 102-A do Regimento Interno, e o Presidente PROMULGA o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadão Honorário ao Sr. Fábio Ernesto Lima de Campos.

Art. 2º A outorga do Título dar-se-á em sessão solene, na sede do Poder Legislativo, ou fora dela, em data a ser marcada pelo homenageado, após comunicação feita pela Câmara.

Art. 3º Fica o Presidente da Câmara autorizado a utilizar os recursos previstos no orçamento do Poder Legislativo para atender às despesas com a solenidade.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Uberlândia, 21 de julho de 2025.

MESA DIRETORA

Autoria: Vereador Pezão Do Esporte

PDL 48/2025

CONTRATAÇÕES

EXTRATO DE ADITAMENTO

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
CONTRATADA: GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Espécie: Aditamento de n°. 015/2025

Fundamento: Cláusula Quinta do Contrato inicial n° 007/2023, decorrente da modalidade Pregão Eletrônico n° 032/2022, Processo n° 061/2022, no art. 57 inciso IV da Lei n° 8.666/93 e na justificativa anexa, que faz parte integrante e complementar deste termo bem como na Solicitação de Aditamento de protocolo sob n° 3930 de 18 de junho de 2025.

Objeto: Prorrogação do prazo contratual por mais 12 meses.

Vigência: O prazo de vigência deste instrumento é de 01/01/2026 a 31/12/2026.

Valor global estimado para 2026: R\$ 7.091,50 (sete mil e noventa e um reais e cinquenta centavos).

Recurso Orçamentário: 01.122.7005.2258 Manutenção dos Serviços Administrativos - Ficha 27604-3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - 09 - Serviços Técnicos Profissionais de TIC - Ficha -8905-3.3.90.30.00 - Material de Consumo 17 - Material de Processamento de dados.

Data da expedição do Termo: 18/07/2025.

ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA

Presidente

LIZA FERNANDES PRADO

1ª Secretária Ordenadora de Despesas

JUSTIFICATIVA

ADITAMENTO N° 015/2025

CONTRATO N° 007/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
CONTRATADA: GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

A Câmara Municipal de Uberlândia firmou o Contrato n° 007/2023 com a empresa GLOBALSEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, em decorrência da Licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico n° 032/2022, Processo n° 061/2022, homologado em 02/02/2023, para contratação de empresa especializada para a emissão de certificados digitais padrão ICP - Brasil, Formato A3, com serviço de visita local e fornecimento de dispositivos token USB para a Câmara Municipal de Uberlândia, sob demanda.

A prorrogação do contrato por aditamento é necessária por se tratar de serviço de natureza contínua, e atende as necessidades permanentes de segurança na utilização do sistema através de meios tecnológicos que permitem que os gabinetes desenvolvam as atividades de sua competência, em razão da mobilidade e segurança que o serviço dispõe.

A assinatura digital, assim como a emissão dos certificados permite o desenvolvimento das atividades relacionadas a função desta casa de leis na representatividade da sociedade.

A despesa se justifica pela necessidade de garantir maior segurança na movimentação e acessos ao sistema, e a assinatura digital se distingue de outros meios eletrônicos de autenticação de documentos por ser um mecanismo criptográfico denominado Infraestrutura de Chave Pública, fornecendo um alto nível de segurança, dificultando a duplicação. Essa tecnologia autentica o documento do remetente e garante que o documento permaneça inalterado ao atingir o destinatário, tornando o processo mais seguro e legítimo. O objetivo da contratação é garantir maior segurança e a modernização do ambiente virtual, tendo em vista a utilização de sistema de gestão informatizado por esta Casa de Leis. Desta maneira, a manutenção do contrato possibilita uma melhora significativa da disponibilidade de infraestrutura virtual da CMU.

Sendo assim, faz-se necessária a realização de pedido de aditamento do prazo contratual, a fim de prorrogá-lo, conforme artigo 57 inciso IV da Lei 8666/93, visto que o contrato se encerrará em 31/12/2025, e sua paralização pode trazer prejuízos. Por essas razões, solicitamos providências para aditamento do contato por mais 12 meses. Uberlândia, 18 de julho de 2025.

Alcides Neto F. Fernandes

Diretor do Departamento de Informática.

DESPACHO DO PRESIDENTE

Considerando as razões apresentadas na solicitação de prorrogação de prazo conforme disposto no aditamento protocolado sob o n° 3930/2025, bem como na possibilidade prevista na Cláusula Quinta, 5.1 do Contrato inicial n°

007/2023, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 032/2022 - Processo Licitatório n.º 061/2022; art. 57, no inciso IV da Lei n.º 8.666/93, e na Justificativa da Diretoria do Departamento de Informática, fica autorizado o aditamento para prorrogação do prazo contratual por 12 (doze meses) para o período de 01/01/2026 a 31/12/2026.

Uberlândia, 18 de julho de 2025.

Rosenvaldo Correia de Mendonça
Presidente

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Por todos os motivos apresentados para a realização do aditamento previsto (justificativa em anexo), e sendo o serviço de caráter contínuo, cuja interrupção geraria prejuízos para a C.M.U, consideramos AUTORIZADA a realização do aditamento ao Contrato 007/2023 para prorrogação do prazo por 12 (doze) meses, para o período de 01/01/2026 a 31/12/2026.

Uberlândia, 18 de julho de 2025.

Liza Fernandes Prado
1ª Secretária - Ordenadora de Despesas

DECISÕES

Processo Administrativo de Responsabilização n.º 002/2025.

Portaria n.º 129/2025

DECISÃO

A presente análise jurídica refere-se ao Processo Administrativo de Responsabilização n.º 002/2025, aberto com o fim de averiguar indícios de descumprimento na execução do Contrato n.º 074/2024, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 90.018/2024, firmado com a empresa Graviteon Fabricação de Impresos em Materiais Diversos Ltda, tendo por objeto o fornecimento de quatro relógios de ponto, licença de isp de software de tratamento de ponto, suporte técnico, instalação, configuração e treinamento.

Compulsando os autos, verifica-se que o procedimento foi regularmente instruído, com respeito ao que prescreve a Portaria n.º 205/2023. De fato, o Parecer n.º 41/2024 constante de fls. 39/40, desta Procuradoria, recomendou a instauração do processo para fins de apuração dos fatos e o Parecer n.º 22/2025, acostado às fls. 283/287, concluiu que “o processo atendeu às exigências impostas pelas normas legais, encontrando-se apto para a apreciação e decisão da autoridade competente”.

De acordo com o Relatório Final da Comissão Processante (fls. 275/280), após os trabalhos para a apuração da responsabilidade, restou claro que houve descumprimento na execução do Contrato n.º 074/2024. Primeiramente, a empresa contratada enviou produtos já usados para instalação, em conformidade com as exigências do edital e do contrato. Depois, tendo sido admitida a substituição dos produtos, a empresa contratada tentou fazer a instalação por intermédio de terceiros, violando a obrigação de prestar os serviços diretamente.

Os fatos estão devidamente comprovados por documentos nos autos, inexistindo qualquer dúvida quanto à veracidade. No tocante à defesa oferecida pela empresa contratada, ficou claro que se tratou de mera tentativa de modificar a realidade, uma vez que as alegações não puderam desmerecer o conjunto processual e nenhuma prova chegou a ser apresentada.

Ante o exposto, entende estas autoridades que restou demonstrado o descumprimento contratual por parte da empresa contratada e que o procedimento adotado no decorrer deste processo de responsabilização foi realizado com acatamento aos princípios da legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, contraditório e ampla defesa.

Quanto à punição proposta, impedimento de contratar com a Câmara Municipal, tem adequação ao que prevê o art. 118, II, da Portaria n.º 205/2023, porque a contratada deu causa à inexecução total do contrato. No que se refere ao prazo para vigorar o impedimento, um ano, revela-se adequado à situação versada, em se considerando o valor do contrato e os desdobramentos da inviabilidade do seu cumprimento.

Diante do exposto, fica acatado o Relatório Final da Comissão Processante em todos os seus termos.

DECIDO pela aplicação da penalidade prevista no art. 110, III da Portaria n.º 205/2023, impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Câmara Municipal de Uberlândia, pelo prazo de um ano, à empresa Graviteon Fabricação de Impresos em Materiais Diversos Ltda.

Que sejam notificados todos os interessados e publicada a presente decisão, na forma legal.

ROSENVALDO CORREIA DE MENDONÇA
Presidente



#JULHOVERDE
PREVENÇÃO DO CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO

EXPEDIENTE

O LEGISLATIVO Ano XX n.º 3918, TERÇA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2025 | EDIÇÃO DE HOJE - 02 PÁGINAS

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Uberlândia/MG

Criado pela Lei Municipal n.º 8485 de 24/11/2003. Av. João Naves de Ávila, 1617 | 38408-144 | (34) 3239-1130

Editado e produzido pela Diretoria de Comunicação/Seção de Jornalismo com base na documentação disponibilizada pelos departamentos

Diretor de Comunicação: Ademir Reis (MG04854JP); Chefe de Jornalismo: Suila Camargos (RP 0023299/MG);

Jornalista Responsável: Eithel Lobianco Jr. 3484 MTE/SJPMG; Editoração Eletrônica: Seção de Jornalismo.

Disponível no site da Câmara: www.camarauberlandia.mg.gov.br e disponibilizado na rede interna para departamentos e gabinetes dos vereadores.

Edições anteriores solicite pelo e-mail: imprensa@camarauberlandia.mg.gov.br